



## Fernando Aurelio Zilveti

MESTRE E DOUTOR EM DIREITO TRIBUTÁRIO PELA USP  
E PROFESSOR DA FGV-SP

Especialista fala sobre os efeitos da atual crise política e econômica do país e sobre os desdobramentos da operação Lava Jato para a conjuntura nacional

# Instituições fortes são o lado positivo

**As investigações da Lava Jato, que agora atingem parlamentares, podem trazer algum desgaste para a Câmara e para o Senado?**

Acho que não! As pessoas de bom senso vão chegar à conclusão de que é preciso atender a ação do Supremo Tribunal Federal. Ninguém vai desafiar o Supremo agora. Quem apostar que o Supremo não vai atender as demandas da Lava Jato vai perder.

**Quais são os sinais emitidos pelo Supremo nesse sentido?**

O ministro Teori Zavascki já disse que as provas são contundentes, cabais e que a ação precisa ser feita nos inquéritos instituídos pelo próprio Supremo. Essa é uma ação republicana, que atende o que deve ser feito. Se o Senado apostar em uma ação isolada de seu presi-

dente para defender os interesses dos senadores, ele não tem como ganhar, pois essa é uma briga perdida. Ele não vai conseguir muita coisa.

**O senhor acredita que a investigação está preservando os parlamentares para que ela não acabe sendo enviada para outra esfera judicial?**

Não vejo essa preocupação! A preocupação deles é em fazer a coisa de forma absolutamente tranquila. Por isso que a decisão foi tomada por três ministros do Supremo, o Teori Zavascki, o presidente Ricardo Lewandowski e o Celso de Mello, que atenderam a solicitação do Ministério Público. Então eles têm o cuidado de tomar medidas pontuais.

**Essa forma de divisão da investigação é necessária?**

Sim, além de ser muito im-

“Essa é uma ação republicana, que atende o que deve ser feito”

portante, até para que a ação não se perca, pois quando se tem muitas medidas sem cuidado, de uma forma em que não é possível identificar todos os fatores envolvidos, na verdade isso facilita a vida dos infratores. Essas medidas pontuais são necessárias para se preservar a noção da urgência neste momento. Essa atuação pontual e faturada é melhor para preservar esses objetivos.

**Investigações paralelas por meio de CPIs podem atrapalhar o andamento da Lava Jato?** Não creio! Como se vê, o que está acontecendo, quando se propõe uma CPI, é para dizer que também estamos investigando, mas existe a preocupação do Supremo para que as investigações não sejam prejudicadas por investigações pouco eficientes ou necessárias como as CPIs, que são essencialmente políticas, não são nem judiciais, nem policiais.

**Essa é uma preocupação do Supremo?** Acho que é uma preocupação, sim, mas relativa, porque os ministros já estão sabendo lidar com isso para preservar aquilo que há de mais importante, que é a investigação e apuração dos fatos por aqueles que têm, de fato, que fazer isso. Não encaro isso como uma

grande preocupação, mas como parte da democracia. Também é função do parlamento investigar.

**A crise pode se desdobrar como uma crise política tanto para o Executivo quanto para o Legislativo?** Nossa democracia está madura para enfrentar isso. Já enfrentou no passado, por exemplo, no mensalão, quando nada aconteceu na República, e até antes, quando tivemos o impeachment de um presidente. Então nossa democracia está suficientemente sólida para que esse processo seja feito, passando por todas as esferas. E que o Supremo tenha a autoridade e a liberdade para trabalhar conjuntamente com o Ministério Público e a Polícia Federal, que são os órgãos que a Constituição prevê que sejam parte desse pro-

cesso todo.

**Diante disso, como deveriam se portar os parlamentares?** Claro que o Legislativo tem que se curvar a isso. Mas não adianta querer que eles não falem, essa é uma democracia, tem que protestar, tem que gritar, dizer que passou dos limites, como disse o presidente do Senado. Quando ele fala isso, temos que nos perguntar: que limites? São limites pessoais dele, não são os limites da República. Porque ele não quer que a ação aconteça não quer dizer que não acontecerá. A República é maior do que ele, que o presidente do Congresso, maior que qualquer pessoa e não está sujeita a humores pessoais. O trabalho é em relação à República, e não a pessoa A, B ou C.

**Foi levantada a hipótese de um tipo de parlamentarismo em caso de renúncia ou impeachment da presidente Dilma. Como o senhor avalia esta ideia?**

Isso não tem o menor fundamento, parece mais ser um ato de desespero de um político que não faz ideia de que enfrenta obstáculos constitucionais que não têm como ser superados agora. Teria que ser feita uma cláusula pétrea na Constituição. Já tivemos uma votação no passado em que foi feito um referendo popular para saber se queríamos um sistema parlamentarista, presidencialista ou monarquista, e nela foi escolhida uma República presidencialista.

**Então o senhor não vê possibilidade de uma mudança de regime político no país?**

Já votamos isso. Foi feita uma votação diante de uma brecha na Constituição de 88, e essa janela foi fechada. Hoje não temos

espaço nenhum para isso. Não existe espaço para esta discussão, é mais uma gritaria política, uma tentativa de diversionismo, de tirar a atenção do que realmente importa. Não tem a menor chance de prosperar, não tem o menor fundamento constitucional, nenhum tribunal como o STF vai embarcar nessa canoa furada, nenhum poder constituído vai chegar a esse ponto. Não temos espaço para isso, essa decisão já foi tomada pelos brasileiros. **(Felipe Castanheira)**

---

“Nossa democracia está madura para enfrentar isso.”

